

# OBJETO ETNOGRÁFICO, COLEÇÕES E MUSEUS

Lucia Hussak van Velthem

Abrigadas em instituições museais, públicas ou privadas, encontramos uma categoria de acervo, específica, que foi referida em princípios do século XIX como sendo a dos “espécimes etnográficos” e posteriormente como a dos “objetos etnográficos”. Essas coleções, impulsionadas com a descoberta do Novo Mundo, se desenvolveram com a consolidação dos museus na Europa e nas Américas (Degli, Mauzé, 2000).

No Brasil, coleções e igualmente um grande número de objetos esparsos, referidos como etnográficos estão invariavelmente associados à instituição museu. Os museus etnográficos e de ciências ou de história natural<sup>1</sup> estão instalados em São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Recife, Curitiba, Goiânia e os museus missionários, em Campo Grande e Manaus. Essas coleções são, sobretudo de procedência indígena, mas alguns museus como o Museu Nacional e Goeldi possuem coleções de origem africana e tão somente o primeiro abriga objetos oriundos da Oceania. A composição dessas coleções é variável, e raramente inserem-se na classificação dual proposta por Damy e Hartmann (1986) em que “coleções sistemáticas” representariam as que cobrem todo ou quase todo o sistema de objetos de uma determinada cultura e as “temáticas” são as que enfatizam o repertório de variações de uma ou mais categorias de uma cultura específica. Conseqüentemente, chegamos a constatação óbvia que uma coleção constitui o resultado de uma coleta, cujos objetivos, entretanto, não são tão óbvios assim.

A constituição de uma coleção pressupõe, portanto, uma atividade de coleta e vários desígnios a regem, visto constituir um recolhimento dotado de princípios, mas sem hierarquias sobre o que deve ser coletado. Espera-se que nos museus, os acervos etnográficos representem o resultado de pesquisas de campo tanto da ciência antropológica como de outras ciências. Mas, quando isso ocorre, estas coleções refletem a formação, as idiosincrasias, às mudanças de objetivos,

<sup>1</sup> As mais amplas coleções, históricas e modernas, encontram-se depositadas em quatro museus: Museu Nacional/UFRJ e Museu do Índio/FUNAI situados no Rio de Janeiro; Museu de Arqueologia e Etnologia/USP em São Paulo e Museu Paraense Emílio Goeldi/MCT em Belém. Uma listagem não exaustiva assinala que coleções de procedência indígena podem ser encontradas no Museu do Estado de Pernambuco, Recife; no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Maceió; no Museu do Índio/UFUB, Uberlândia; no Museu Regional “Dom Bosco”, Campo Grande; no Museu Antropológico/UFG, Goiânia; na Comissão Demarcadora de Limites/MRE e no Laboratório de Antropologia do CFCH/UFPa em Belém, no Museu de Arqueologia e Etnologia/UFBA, Salvador; no Museu Histórico Nacional/MinC, Rio de Janeiro.

as condições da viagem e da estadia e, sobretudo a percepção e abordagem do mundo material por parte dos cientistas coletores. Há os que só percebem os objetos impactantes, de cores fortes e formas complexas como é o caso dos objetos rituais e os que se interessam por uma única categoria artesanal e, neste caso a cerâmica é geralmente privilegiada, em detrimento das demais, ou então pelos artefatos que estão diretamente conectados à pesquisa que é desenvolvida no momento pelo coletor.

As coleções dos museus brasileiros originaram-se igualmente de doações de viajantes, de militares, de comerciantes, do clero, de sertanistas, os principais agentes de penetração às áreas indígenas. Nestes casos as coleções patenteiam uma visível manifestação de estruturas ideológicas e suposições que embasaram a reunião dos objetos. Como enfatiza Cannizzo (1998), as coleções etnográficas constituem formas de visualização ideológica e os acervos nacionais estão repletos de exemplos que revelam por sua constituição mesma o caráter dessas coletas e contatos e onde pontificam as coleções missionárias como o mais acabado exemplo de uma desesperada busca de alteração ou mesmo aniquilamento cultural.

Paralelamente, nas instituições museais nacionais, as coleções submeteram-se muitas vezes aos modelos museográficos concebidos a partir das teorias antropológicas (GONÇALVES, 1995) e muito menos à critérios museológicos. Tal aspecto ocorreu no Museu Goeldi no final da década de 50, pois o critério de ordenação das coleções se apoiava em um sistema classificatório referido como “Áreas Culturais Indígenas”, desenvolvido pelo antropólogo Eduardo Galvão e apresentado à comunidade acadêmica em 1959, tendo como argumentação principal o fato de que: para a resolução de problemas de ordem comparativa, no estudo de sociedades indígenas, fazia-se necessário classificações culturais em perspectivas mais amplas e mais exatas (GALVÃO, 1979: 193).

O que se observa é que, ao serem recolhidos e posteriormente integrados ao acervo de um museu os artefatos indígenas, sofrem como que uma ruptura, um apagamento patrimonial específico. São então inseridos em um arcabouço patrimonial abrangente – patrimônio indígena – como tornam-se patrimônio de uma outra cultura, a nossa. Os artefatos de procedência indígena inserem-se no Patrimônio histórico e artístico nacional e, mais precisamente em um grupo de valor cultural específico que é o “Patrimônio arqueológico, etnográfico e paisagístico”. As coleções etnográfica e arqueológica do MPEG foram inscritas em 1938, junto com outros 235 bens culturais no livro de Tombo do recém criado SPHAN. O Livro do Tombo desse patrimônio específico é referente às “coisas pertencentes às categorias da arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular” ao passo que o Livro do Tombo das Belas-Artes trata das “coisas de arte erudita nacional ou estrangeira” (GIRÃO, 2001).

Assim, foram estabelecidos, pelo próprio Estado, valores que enfatizam uma distinção entre arte erudita/arte ameríndia/popular que se desdobra na dicotomia arte/artesanato, estabelecendo hierarquia de valores na apreciação da produção material indígena, revelando assim quais são os mecanismos de apreensão do Outro e de incorporação institucional de sua produção cultural. As justificativas para esta apreciação, deriva do fato dos artefatos indígenas serem considerados como desprovidos de autoria individual e porque estaria ligado à tradição, a um modo de vida pretérito, aspecto invariavelmente associado às culturas indígenas (BARBOSA, 1995).

## O objeto etnográfico: estudos e perspectivas

A complexidade e a riqueza das informações que estão agregadas aos objetos criados pelo homem requerem dos museus o desenvolvimento de sistemas de documentação igualmente complexos, tanto do ponto de vista técnico como conceitual. Uma análise clássica do objeto etnográfico considera quatro aspectos principais: matéria-prima, técnicas de confecção, aspecto formal e função.

As matérias-primas e as técnicas de confecção são o ponto de partida do estudo de um objeto etnográfico porque são esses os meios que o concretizam e assim expressam o modo de vida de determinada sociedade. O conhecimento da matéria-prima de confecção é fundamental, pois a sua escolha pode refletir um conjunto de critérios de ordem simbólica, técnica, ambiental, funcional e estética.

Uma outra etapa importante no estudo de um objeto etnográfico é a busca de sua significação através de sua forma e de sua ou suas funções. Para muitos artefatos a forma revela, de modo inequívoco, como é o caso do tipiti, a função geral do objeto, recolocando-o no seu contexto de utilização. Entretanto devemos ter em mente que essa trajetória analítica nem sempre é aplicável a outros tipos de objetos, como as máscaras, formalmente mais complexos ou suscetíveis de exercer várias funções. Esses aspectos muitas vezes, não podem ser apreendidos pelo raciocínio lógico ocidental, os quais não preenchem todas as necessidades de análise que o objeto suscita. Essas necessidades deverão ser, forçosamente preenchidas através da pesquisa de campo e da literatura etnográfica pertinente. .

A documentação de coleções etnográficas pressupõe contribuições de várias disciplinas, sobretudo as das ciências humanas e biológicas. A história, evidentemente, é essencial para a compreensão e documentação dessas coleções. Mas, é preciso de início ter-se cautela para que não haja uma hiperhistorização da coleta e do coletor em detrimento da própria história dos produtores. Uma máscara coletada por Karl von den Steinen, em princípios do século XIX anula quase que por completo, e por esse motivo mesmo, a sua procedência cultural Aweti do alto Xingu.

Paralelamente é necessário definir-se que tipo de história e quais de historiadores são capazes de uma mais significativa contribuição a esses estudos. Sobretudo devem ser considerados aqueles que acentuam as interações que ligam os mundos desde os tempos mais recuados. Segundo Gruzinski (2003) seria o caso de se trilhar o caminho das histórias conectadas e as ponderações dos historiadores que sistematicamente acentuam a urgência do estudo dos contatos entre as diferentes culturas.

Entretanto, a história não deverá estar sozinha nesta empreitada pois o aporte fornecido pela antropologia e sobretudo pela etnologia é fundamental. Contudo é necessário considerar-se a reviravolta de perspectiva operada nos últimos anos em alguns setores da disciplina antropológica (GRUZINSKI, 2003). Essa renovação é decorrente sobretudo de desafios que consideram o caráter construído das práticas, das crenças, das identidades, da necessidade de mostrar de que forma o processo de dominação colonial marcou, nas sociedades indígenas, os afastamentos, fabricando diferenças, para enfim conceder um lugar central aos contatos entre indivíduos e entre sociedades. As pesquisas etnológicas recentes questionam as identidades fechadas e rígidas, preferindo acentuar a flexibilidade de formas sociais e a plasticidade dos mecanismos de definição identitária que se revelam em diferentes regimes expressivos, uns ligados a oralidade, outros à materialidade.

Enfim é necessário considerar-se efetivamente as demandas indígenas, pois está em jogo uma nova modalidade de inserção das sociedades indígenas na nação brasileira a qual se processaria através de mecanismos que garantiriam sua autonomia e especificidade, uma vez que os direitos territoriais não estão mais sozinhos no horizonte das lutas indígenas atuais (SANTILLI, 2000). Neste caso, trata-se de garantir aos índios o pleno direito à diferença, sobretudo nas áreas da saúde, educação e de projetos de etno desenvolvimento e, ainda, naquilo que envolve a dinâmica da produção cultural e do patrimônio. Esses direitos dependem em grande parte de serem reconhecidos como descendentes da população autóctone pelo Estado e a sociedade brasileira, assumindo plenamente sua identidade étnica. Em seu conjunto, constituem “mecanismos compensatórios”, a saber a adoção de providências que procuram compensar os índios ou os povos indígenas em decorrência da desigualdade com que, desde a chegada dos europeus, foram estabelecidas as relações com os não-índios e que se materializaram na expropriação territorial, no extermínio de inúmeros povos e na perda de uma significativa parcela de seus conhecimentos e do seu patrimônio cultural (OLIVEIRA, 1996, 1999; SANTILLI, 2000).

Os museus etnográficos possuem um importante papel a desempenhar nesta política ampliando e fortalecendo o diálogo inter-cultural; não se limitando à preservação material, mas se abrindo para a consideração das dimensões socio-políticas dessa preservação como referido por Gallois, (1989). As coleções,

revestidas de um novo papel, contribuiriam efetivamente para as demandas indígenas nesta área, as quais incluem a valorização e a preservação do patrimônio cultural, permitindo reiterar, frente à sociedade brasileira, a existência dessas sociedades, reservando-lhes um lugar no futuro do Brasil.

A documentação de coleções etnográficas chegou a uma encruzilhada em que não lhe é mais facultado repousar exclusivamente nos métodos e na metodologia até então adotada. Esta documentação deve antes visar e se embasar nos propósitos dos produtores das coleções que estão em jogo, fazendo-o através de uma abordagem integrada, cruzando em um quadro coerente as dimensões históricas, políticas, estéticas e simbólicas. Devemos ter em mente que os artefatos possuem, uma presença complexa e significativa nos museus e que a mesma está sujeita a uma interpretação e uma utilização múltipla e igualmente complexa (SMITH, 1989).

O diferencial que se deseja introduzir no estudo de coleções é derivado da percepção que os objetos etnográficos possuem uma relação de continuidade com as culturas de origem. Consequentemente, é necessário estabelecer-se uma redescoberta dos objetos etnográficos ou melhor, devemos descobrir outra coisa que não seja o seu caráter de objeto científico, documental e, por esta via, que representa de alguma forma uma ruptura, é possível conferir-lhes um outro *status*, o que abre a porta para um novo olhar sobre esses objetos. A reflexão que se desenvolverá a partir desses pressupostos, investirá antes em uma tomada de consciência da “presença do outro” nas instituições museais, do que “tornar o outro presente” – nas mesmas instituições - através de seus bens materiais.

A documentação de coleções e objetos etnográficos, tal como definido, permite que um museu se torne o lugar onde as sociedades indígenas, assim como as caboclas e negras possam ligar-se a estas significações, a saber com a sua própria história e de seus antepassados, com sua capacidade de produção artística e tecnológica, com tudo aquilo que representa as raízes e a cultura destas sociedades. O papel político dos acervos se encontraria justamente nesta possibilidade de representar a sociedade através dos sentidos que impregnam suas coleções e, portanto, quanto mais forte é a significação atribuída ao patrimônio dos objetos conservados, tanto maior é a capacidade de identificação e de atuação como elemento de coesão social e cultural (GALLOIS, 1991; PINNA, 1999). Ademais, ao se considerar o papel social dos museus, que se revela quando os seus conteúdos e suas atividades correspondem às aspirações da sociedade onde está inserido e igualmente dos produtores de seus acervos no caso dos museus etnográficos, verifica-se que o mesmo se reproduz somente se o museu possui a capacidade de atribuir uma significação aos objetos que fazem parte de suas coleções, a qual decorre diretamente dos estudos e da documentação dos mesmos.

Essa comunicação procurou levantar algumas questões acerca dos objetos etnográficos, visando chamar a atenção para a sua característica de patrimônio dos Outros, os índios. Alguns passos já foram feitos nesta direção, mas deve-se avançar mais para buscar o estabelecimento de elos de ligação com os produtores através de parcerias as quais precisam gerar mecanismos que considerem entre outros, a oralidade que caracteriza essas sociedades, que se voltem para o compartilhamento curatorial dessas coleções, compreendendo, inclusive no seu uso político. A partir desse movimento, o museu etnográfico se tornará então um local favorável a uma renovação de perspectivas permitindo superar barreiras e seqüelas de um passado positivista que ainda o ronda, passado este que é compartilhado com outros museus, como os históricos (MENEZES, 1999).

## BIBLIOGRAFIA

Cannizzo, J. 1998. Colonialism and the object

Damy, A S. e Hartmann, T., 1986. As coleções etnográficas do Museu Paulista: composição e história. **Revista do Museu Paulista**, N.S. XXXI: 220-72.

Degli, M. e Mauzé, M. 2000. *Les arts premiers. Le temps de la reconnaissance*. Paris: Gallimard.

Gallois, D., 1991. O acervo etnográfico como centro de comunicação intercultural. **Ciências em Museus**, V I , 2: 137-142.

Galvão, E. 1979. Areas culturais indígenas no Brasil. **Encontro de Sociedades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Girão, C. 2001. Arte e Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.29 p 102-121,

Gruzinski, S. 2003. Qu'est-ce qu'un objet métis? 25 p. datilo.

Gonçalves, J.R. 1995. O templo e o fórum: reflexões sobre museus, antropologia e cultura. A invenção do patrimônio .Rio de Janeiro: Minc/IPHAN p 27-40.

Oliveira, J.P, 1996. Cidadania, racismo e pluralismo: a presença das sociedades indígenas na organização dos estados-nacionais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 24, p 27-34.

A PROBLEMÁTICA dos “índios misturados” e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p.99-123.